

**A HIERARQUIA SOCIAL NAS SOCIEDADES MINEIRAS: UM ESTUDO DA POSIÇÃO SOCIAL E DA POSIÇÃO ECONÔMICA NOS DISTRITOS DE VILA DO CARMO, VILA RICA E VILA DE SABARÁ, NA PRIMEIRA METADE DO XVIII.**

Karina Paranhos da Mata  
Mestranda em História UFMG

O presente trabalho tem como tema, a análise comparativa da posição social e da posição econômica dos proprietários de escravos, no século XVIII, em três importantes distritos mineiros: Vila do Carmo, Vila Rica e Vila de Sabará. Pretendeu-se lançar luz sobre alguns aspectos relativos ao papel social e hierárquico dos proprietários de escravos, em meio a uma formação social heterogênea e “multifacetada”. Destacando as relações de hierarquia e dependência entre a sociedade metropolitana e a colônia, bem como dentre as estratégias de inserção nas elites locais, o acúmulo de cargos e privilégios.

A pesquisa compreende a primeira metade do Setecentos, por se tratar de um período de institucionalização administrativa, com a instauração e constituição do poder metropolitano sobre as zonas de mineração. Os distritos analisados constituíam os primeiros centros administrativos oficialmente estabelecidos na região das Minas Gerais.

O trabalho tenta elucidar algumas questões levantas como: Qual a relação entre a riqueza e a posição hierárquica das pessoas na sociedade mineradora? A ocupação de um lugar importante na hierarquia social significava ter posição econômica e posição social equivalentes? Em que medida a riqueza, influenciava na obtenção e ocupação de um lugar de destaque e prestígio na hierarquia social?

Segundo Boxer, a sociedade que começou a se formar na zona aurífera das Minas Gerais, se compôs por pessoas de todos os tipos e condição social provenientes tanto do interior do Brasil, como da Europa.<sup>1</sup> Para Caio Prado Júnior e, em certa medida, Laura de Mello e Souza, a sociedade mineradora do Setecentos era formada por um tecido social complexo, sendo a polarização básica os senhores e os escravos.<sup>2</sup>

Para Júnia Furtado, a colônia seria uma extensão da metrópole, sendo a formação social fortemente influenciada pela tradição portuguesa. Segundo a autora, a mobilidade social era aparente, pois as relações hierárquicas eram tecidas entre os indivíduos desde o

<sup>1</sup> BOXER, Charles. *O Império Colonial Português: 1415-1825*, p. 183.

<sup>2</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, p. 281. SOUZA, Laura de Melo. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira do século XVIII*, p. 219.

reino sendo “essenciais para o reconhecimento do lugar social que cada um ocupava”.<sup>3</sup> Porém, para Marco Antônio Silveira o Império não seria um desdobramento da “nação portuguesa”, mas sim uma “instituição” controlada por um pequeno grupo, vinculado ao soberano.<sup>4</sup> O autor define a composição social das Minas como flexível, ressaltando a dificuldade de “localizar” cada indivíduo dentro da hierarquia social.<sup>5</sup>

A pesquisa em desenvolvimento, pretende fazer uma comparação entre o papel representado na hierarquia social e a posição econômica das pessoas na sociedade mineradora, da primeira metade do século XVIII. Para isto, num primeiro momento, foi necessário identificar nas listas dos *Quintos Reais* referentes à documentação da Casa dos Contos<sup>6</sup> e Câmara Municipal de Sabará, as informações sobre o plantel de escravos como indicador de riqueza, e a presença de títulos honoríficos como indicador da posição hierárquica ocupada naquela sociedade. Os dados obtidos nas listas dos *Quintos Reais* foram cruzados com os documentos que se referem aos pedidos de patentes e cargos administrativos, listados e reunidos do Arquivo Histórico Ultramarino,<sup>7</sup> com o objetivo de perceber os mecanismos e o funcionamento da hierarquia social nas Minas do Ouro.

Os documentos usados na pesquisa foram às listas dos *Quintos Reais* referentes à documentação da Casa dos Contos e Câmara Municipal de Sabará, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Parte desta documentação encontra-se em formato digital no Centro de Pesquisa Histórica da PUC Minas. E os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), digitalizados e resumidos no “*Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*”.

Os Documentos da Coleção Casa dos Contos estão divididos entre três instituições que são: o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e o Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. O conjunto se encontra dividido em códices e documentos não encadernados. A Casa dos Contos era um órgão localizado em Vila Rica, que administrava as finanças, controlava o fisco das riquezas extraídas em Minas, assim como o rendimento dos contratos e demais negócios da Real Fazenda.

A análise dos documentos da Coleção Casa dos Contos, referentes às listas dos *Quintos Reais*, constituem uma nova proposta, pois se trata de documentos de origem fiscal,

---

<sup>3</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas minas setecentista*, p. 51.

<sup>4</sup> SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do indistinto. Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735- 1808)*, p.49.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 139.

<sup>6</sup> Este nome, “Casa dos Contos”, provém da repartição onde os moradores entregavam o ouro colhido para ser pesado, fundido em barras, carimbado, contado e descontados os quintos devidos à Fazenda Pública (Arquivo Nacional, 1996: 6).

<sup>7</sup> Órgão administrativo criado por D. João IV, em 1642. Este devia resolver em nome do rei, todos os problemas e pendências que surgissem nas terras do ultramar: Índia, Brasil, Guiné, ilhas de São Tomé, Cabo Verde e demais dependências. BOTELHO, Ângela Vianna & REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*, p.34.

até então pouco explorados, que possibilitaram investigação não apenas quantitativa, mas também qualitativa. Tais fontes permitiram uma apreensão melhor das relações sociais que se constituíram entre os “grandes” da Capitania.

Os códices para Vila do Carmo e Vila Rica têm, sobretudo, a seguinte estrutura: Termo de Abertura do livro; nome do Proprietário acompanhado de seu Título e, em alguns casos, o lugar onde residia; lista de escravos com o nome destes acompanhado de lugar de origem (em alguns casos, somente o número de escravos do proprietário); Termo de encerramento do livro. O códice que se refere à Vila de Sabará não possui Termo de Abertura do livro, contendo apenas um Termo de Abertura das listas dos proprietários de escravos, conforme cada distrito; nome do proprietário acompanhado de seu título honorífico, com apenas o número de escravos na frente. Ao contrário de Vila do Carmo e Vila Rica, o códice de Sabará não se encontra encadernado. As informações acerca da posição social ocupada no sistema hierárquico pelos proprietários de escravos foram obtidas através do título honorífico associado ao seu nome. Sobre a posição econômica foi observada a riqueza medida de acordo com o tamanho da posse em escravos.

Os manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino foram catalogados e organizados sob coordenação do professor Dr. Caio C. Boschi. Foi elaborado um inventário acompanhado de índice - onomástico, antroponímico e de assuntos -, por uma equipe coordenada pela professora Dra. Júnia Ferreira Furtado.<sup>8</sup> O trabalho abrange uma massa documental formada por aproximadamente quinze mil *dossiers* ou pequenos conjuntos documentais (manuscritos avulsos), formado por documentos da extinta Seção Ultramarina da Biblioteca Nacional de Lisboa, e de uma outra parte oriunda do Arquivo do Ministério das Colônias. A documentação foi reproduzida e microfilmada. Encontra-se em 54 CD-ROMs intitulados "*Documentos avulsos da Capitania de Minas Gerais: 1600-1832*", e ainda em três volumes de catálogos contendo o resumo de cada documento listado. Os microfilmes se encontram também no Arquivo Público Mineiro.

Os documentos revelam as relações político-administrativas entre a metrópole e a Capitania, tratando-se de correspondência sobre as mais diversas questões, trocada entre a administração central, em Lisboa, e a administração da e na Capitania. O uso dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, pode elucidar, em muita medida, os mecanismos político-administrativos adotados pela Metrópole e sua receptividade na Capitania, permitindo que sejam agregadas novas informações sobre a posição hierárquica dos habitantes da sociedade mineradora, através de pedidos e concessões atendidas de patentes e cargos administrativos.

---

<sup>8</sup> BOSCHI, Caio C. (org.). *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*, p. 11-16.

Para a análise da sociedade mineradora da região das Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, foram selecionados na documentação referente à Casa dos Contos e Câmara Municipal de Sabará os proprietários de escravos que possuem *Título Honorífico ou Titulação*. Está se considerando titulado, ou seja, detentores de título honorífico os indivíduos que ocupam um cargo administrativo, um posto militar, que exercem uma função eclesiástica ou que obtiveram um “título” por terem cursado uma universidade. De certa maneira, pode-se dizer que as pessoas que tinham uma titulação ou denominação honorífica faziam parte, segundo Júnia Furtado (1999), de uma elite colonial. Considerando-se que ainda não havia uma estratificação social bem definida, ter uma titulação significava ter um “papel definido” dentro de tal estrutura. Além disso, como se tratam de proprietários de escravos, o estudo torna-se relevante em virtude de serem “homens” que se “adequavam” aos padrões vigentes para a exploração mineral<sup>9</sup>.

Nas análises a seguir, para que haja uma diferenciação destas *titulações*, de acordo com a “função social” de cada um, para os militares se usará a denominação *posto militar*, para os funcionários régios se usará o termo *cargo administrativo*. Nesta análise, os eclesiásticos serão considerados apenas como integrantes de uma elite colonial, sendo inseridos entre os letrados e como membros de uma grande instituição ligada à Coroa. Sua função espiritual não será ressaltada. Sua denominação será a de *eclesiásticos*. Para os que se supõe terem estudado em universidades e por isso obtiveram um “título”, está se chamando de *intelectuais* no sentido de constituírem os letrados, dotados de algum saber no campo dos estudos específico. E por fim, para o conjunto destas *titulações* será usado o termo *título honorífico*.

## *2.1 Análise dos dados*

A análise dos dados será feita para Vila do Carmo<sup>10</sup>, Vila Rica<sup>11</sup> e Vila de Sabará<sup>12</sup>, em separado para que se possa observar as características de cada uma destas sociedades. As tabelas apresentadas contêm informações sobre título honorífico e tamanho da posse de escravos, sendo estas variáveis analisadas em conjunto, para que se possa fazer inferências acerca da correlação existente entre os aspectos apontados. Nas tabelas a

---

<sup>9</sup> Cf. LUNA, Francisco Vidal & Costa, Iraci Del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*.

<sup>10</sup> Para Vila do Carmo será utilizado o código 1036, do ano 1718-1719, correspondente a freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

<sup>11</sup> Para Vila Rica será utilizado o código 1028, ano 1718-1719, correspondente a vários distritos.

<sup>12</sup> Para Vila de Sabará, serão utilizados os dados dos anos de 1720-1721, que são referentes a uma mesma listagem de proprietários de escravos, sendo 1721 a continuação de 1720. O código utilizado será o CMS 02, para vários distritos.

serem analisadas, não se fez a separação por sexo dos proprietários, pois os que possuem titulação são todos do sexo masculino e, ao que tudo indica, na condição de livres. Assim, os “sem informação” correspondem a proprietários homens e mulheres, tanto na condição de livres como de forros.

No primeiro quartel do século XVIII, para os anos analisados em cada vila, uma primeira distinção a ser notada em relação aos proprietários de escravos está entre aqueles com e sem titulação. A segunda distinção se refere à variação dos títulos honoríficos que correspondem aos cargos administrativos, funções eclesiásticas, postos militares e aos intelectuais. Neste trabalho apenas parte das análises serão destacadas para cada vila, no que se referente às informações das *Listas dos Quintos Reais*. Assim como parte do cruzamento desses dados com os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. As tabelas relativas aos dados levantados nas *Listas dos Quintos Reais* seguem logo após as análises.

No ano de 1718, em Vila do Carmo, verifica-se que dos 193 proprietários listados, 163 (84,46%) não possuem título honorífico. Estes se concentram em plantéis de 1 a 4 escravos, com percentual de 51,30%. Para este mesmo ano, observa-se que os proprietários que possuem plantéis que variam de 20 a 40 escravos correspondem a 5,70% dos sem titulação. Em relação aos proprietários com título honorífico, para o mesmo ano, observa-se que estes correspondem a 30 (15,54%). Em Vila do Carmo, para o ano de 1718, o ouvidor geral Manoel Fernandes, que ocupava um cargo administrativo, estando subordinado diretamente ao governador geral, detinha plantel de 1 escravo. Neste caso, Manoel Fernandes apesar de ocupar um importante cargo administrativo tendo assim posição social, ao que parece, não tinha a mesma posição econômica.

Em 1719 em Vila do Carmo, nota-se que dos 74 proprietários listados, 91,89% correspondem aos sem título honorífico. Observa-se que há uma concentração destes em plantéis de 1 a 4 escravos, com percentual de 78,38%. Para este ano os proprietários com posse em plantéis de mais de 20 escravos, também como em 1718, correspondem a um pequeno percentual, que é de 1,32%. Para o mesmo ano, são 8 (8,11%) os proprietários com titulação. Dentre estes, com plantel de 35 escravos pode-se destacar o Sargento mor Batalhas Sebastião da Veiga. Neste caso, a posição social é equivalente a econômica, pois nenhum proprietário para este ano tem plantel igual ou superior ao dele. (Tabela 1)

Em Vila Rica em 1718 dos 293 proprietários listados, 282 não possuem titulação correspondendo a 96,25%. Estes proprietários, assim como em Vila do Carmo, concentram-se em plantéis compostos por quatro ou menos escravos, correspondendo a 55,97% dos não titulados. Destacando-se os proprietários com estrutura da posse em escravos de 20 a 49 observa-se que assim como em Vila do Carmo, estes correspondem a um pequeno percentual. Em relação aos proprietários com título honorífico, estes são 11(55,97%). Dos proprietários com posto militar, o Sargento mor Antônio Martins Leça tinha plantel de 63

escravos enquanto o Capitão mor Henrique Lopes de Araújo tinha plantel de 45 escravos. Como já foi dito, ao que parece, não era o posto militar ocupado que determinava a posição econômica de um indivíduo, pois neste caso o capitão mor tinha dentro da hierarquia militar posição social superior ao do sargento mor.

Em 1719, em Vila Rica, dos 125 proprietários listados 93,60% correspondem aos sem título honorífico. Assim como em Vila do Carmo, estes se concentravam em plantéis de 1 a 4 escravos, com percentual de 56%. Para o mesmo ano, em Vila Rica, 8 (6,40%) correspondem aos proprietários com título honorífico. (Tabela 2)

Em Vila de Sabará, nos anos de 1720-1721 foram listados 855 proprietários de escravos destes 90,64% constituem os sem título honorífico. Entre os proprietários sem titulação, há uma concentração destes em plantéis de 1 a 4 escravos, assim como em Vila do Carmo e Vila Rica, que correspondem a um percentual de 45,85%. Os proprietários que possuíam plantéis que variavam de 20 a 40 escravos, no caso desta Vila também correspondem a um pequeno percentual, como em Vila do Carmo e Vila Rica.

Entre os proprietários de escravos com título honorífico, estes correspondem a 90(10,41%). Dentre os proprietários que ocupavam um posto militar pode-se ressaltar o grande numero de capitães, com plantéis variados, correspondendo a 48(5,55%). No caso desta vila, a multiplicidade deste posto militar é bem visível. Pode-se notar ainda o Coronel José Correia de Miranda com plantel de 72 escravos e o Capitão mor Manoel da Rocha de Castro com plantel de 59 escravos. Pode-se dizer que estes proprietários ocupavam tanto posição social quanto econômica. Entre os licenciados, intelectuais, observa-se que estes tinham plantéis variados. Pode-se destacar o Licenciado Diogo Mendes, com plantel de 11 escravos. O licenciado se insere, como foi dito, na categoria dos letrados. Ele obtinha tal “título” mediante um grau universitário, estando ligado diretamente ao ensino ou magistério. Segundo Joel Serrão, o título de licenciado no quadro do funcionalismo régio em Portugal constituía-se num importante degrau de valorização social, sobretudo no ofício da justiça. Porém, no século XVII, em Portugal o valor social do licenciado decaí, uma vez que, para o desempenho dos cargos judiciais, este grau já não era forçosamente exigido.<sup>13</sup> Considerando-se que se tinha uma sociedade em formação, na qual a maioria das pessoas era analfabeta, tal posição deveria ser valorizada.(Tabela 3)

---

<sup>13</sup> SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, p. 743.

**TABELA 1**  
Proprietários, segundo título e número de escravos.  
Vila do Carmo, 1718 e 1719 ( em %)

Ano	Nº de escravos	Título honorífico												Total
		sem inf.	Capitão	Tenente	Alferes	Sargento mor	Sargento	Capitão mor	Guarda mor	Ajudante	Ouvidor geral	Conde general	Tenente general	
1718	1 a 4	51,3	1,55	0,52	0,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,52	0,52	0,00	0,00	54,92
	5 a 9	17,62	1,55	0,00	0,00	0,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,69
	10 a 19	9,84	2,07	1,04	1,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,52	0,52	15,03
	20 a 49	5,70	2,59	0,00	1,55	0,52	0,52	0,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,84
	50 +	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,52
	Total	84,46	7,77	1,55	1,55	1,04	0,52	0,52	0,52	0,52	0,52	0,52	0,52	100
	Total (N)	163	15	3	3	2	1	1	1	1	1	1	1	193
1719	1 a 4	76,32	2,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,95	0,00	0,00	80,26
	5 a 9	9,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,21
	10 a 19	2,63	1,32	0,00	0,00	1,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,26
	20 a 49	1,32	0,00	0,00	0,00	1,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,63
	50 +	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	89,47	3,95	0,00	0,00	2,63	0,00	0,00	0,00	0,00	3,95	0,00	0,00	100
	Total(N)	68	3	0	0	2	0	0	0	0	3	0	0	76

Fonte: APM, Listas dos Quintos reais da Coleção Casa dos Contos, códice 1036

**TABELA 2**

Proprietários, segundo título e número de escravos.

Vila Rica, 1718 e 1719 ( em %)

Ano	Nº de escravos	Título honorífico									
		sem inf.	Capitão	alferes	sargento mor	Capitão mor	Doutor	Doutor ouvidor geral	Frei	Padre	Total
1718	1 a 4	55,97	0,34	0,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,0
	5 a 9	23,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34	0,00	0,00	24,23
	10 a 19	13,65	0,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34	14,68
	20 a 49	2,73	0,68	0,00	0,00	0,34	0,00	0,00	0,00	0,00	3,75
	50 +	0,00	0,00	0,00	0,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34
	Total	96,25	1,71	0,68	0,34	0,34	0,00	0,34	0,00	0,34	100
	Total(N)	282	5	2	1	1	0	1	0	1	293
1719	1 a 4	56,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,80	0,00	0,80	0,00	57,6
	5 a 9	28,80	0,80	0,00	0,00	0,00	0,80	0,00	0,00	0,00	30,4
	10 a 19	8,80	1,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,4
	20 a 49	0,00	0,80	0,00	0,00	0,8	0,00	0,00	0,00	0,00	1,60
	50 +	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	93,60	3,20	0,00	0,00	0,80	1,60	0,00	0,80	0,00	100
	Total(N)	117	4	0	0	1	2	0	1	0	125

Fonte: APM, Listas dos Quintos reais da Coleção Casa dos Contos, código 1028



**Tabela 3**

Proprietários de escravos segundo título e número de escravos

Vila de Sabará 1720-1721( % )

Ano	Nº de escravos	Título honorífico												
		sem inf.	coronel	tenente coronel	capitão	tenente	alferes	sargento mor	licenciado	capitão mor	guarda mor	ajudante	mestre de campo	aju
1720 e 1721	1 a 4	45,32	0,00	0,00	0,69	0,12	0,23	0,35	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0
	5 a 9	23,35	0,00	0,00	1,16	0,00	0,23	0,23	0,46	0,12	0,00	0,00	0,00	0
	10 a 19	15,49	0,00	0,12	2,08	0,12	0,46	0,23	0,23	0,00	0,12	0,12	0,00	0
	20 a 49	5,09	0,12	0,12	1,62	0,00	0,12	0,12	0,00	0,12	0,00	0,00	0,23	0
	50 +	0,35	0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	0,00	0,00	0,00	0
	Total	89,6	0,35	0,23	5,55	0,23	1,04	1,04	1,04	0,35	0,12	0,12	0,23	0
	Total(N)	775	3	2	48	2	9	9	9	3	1	1	2	

Fonte: APM, Câmara Municipal de Sabará, código 1012

## 2.2 Cruzamento de dados

A partir dos proprietários de escravos, detentores de título honorífico, identificados nas Listas dos *Quintos Reais* da Coleção Casa dos Contos e Câmara Municipal de Sabará, foi feito o cruzamento nominal com documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. Nos documentos sobre pedidos de patentes e cargos administrativos do Arquivo Histórico Ultramarino, foram identificados uma média que varia de 2 a 4 proprietários de escravos para Vila do Carmo, Vila Rica e Vila de Sabará.

Apesar dos documentos comparados serem de anos diferentes, está se inferindo especialmente sobre a riqueza, partindo do que o proprietário de escravos possuía no ano de 1718 para Vila do Carmo e Vila Rica e 1720-1721 para Vila de Sabará. Deve-se levar em consideração também, que no tempo decorrido entre os documentos comparados poderia ter ocorrido aumento ou diminuição da riqueza, além da possibilidade do envolvimento com outros negócios.

Em Vila do Carmo foram identificados os seguintes proprietários de escravos: Capitão Manoel de Araújo Brandão, Capitão Manoel Rodrigues Covilhã e o Tenente João Ferreira Tavares. Em Vila Rica foram identificados os documentos dos proprietários de escravos: Capitão Antônio Ramos dos Reis e Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. Para Vila de Sabará foram encontrados documentos para os proprietários de escravos: Capitão José Marques, Capitão Antônio Pereira Jardim, coronel José Correia de Miranda e o Capitão Manoel Gonçalves.

Nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, dentre os proprietários de escravos com título honorífico, pode-se destacar os seguintes: em vila do Carmo o Tenente João Ferreira Tavares, em Vila Rica o Capitão Antônio Ramos dos Reis e em Vila de Sabará o Capitão Antônio Pereira Jardim. Nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino observa-se que os três foram acumulando cargos. Nas *listas dos Quintos Reais* todos aparecem como detentores de pequenos plantéis. Comparando se essas informações com as dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, pode-se dizer que os três proprietários identificados ocupavam uma posição importante na hierarquia social, porém não tinha a mesma posição econômica. Pois, numa sociedade marcada por uma população diversa com uma dinâmica social móvel, sendo as relações sociais tecidas desde o reino, a riqueza material não era garantia de distinção social, mas sim a proteção de algum poderoso, dos laços de fidelidade e honra.

## Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi apresentar a pesquisa em desenvolvimento no mestrado em História da UFMG. Como se trata de uma extensão de uma Bolsa de Iniciação Científica/PROBIC-PUCMinas, pode-se adiantar alguns dados e análises. Neste Trabalho foram identificados os proprietários de escravos que possuíam título honorífico, enfocando aqueles que ocupavam posição social e posição econômica de algum destaque em Vila do Carmo, Vila Rica e Vila de Sabará, na primeira metade do século XVIII. A análise foi feita a partir das listas dos *Quintos Reais* da coleção Casa dos Contos e Câmara Municipal de Sabará, do Arquivo Público Mineiro, e ainda os pedidos de patentes e cargos administrativos do Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizados e resumidos no *“Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino”*.

Nas listas dos *Quintos Reais*, comparando-se as vilas citadas, percebe-se que os proprietários de escravos que não possuíam título honorífico eram maioria em relação aos com titulação. Dos proprietários não titulados, observa-se que se concentravam em pequenos plantéis. Nota-se que a riqueza dos sem titulação em conjunto representaria um maior percentual em relação aos titulados. Porém deve-se levar em conta, que nesta pesquisa estão sendo analisados somente os proprietários com título honorífico, e ainda que se trata de uma documentação fiscal sujeitas a informações não mencionadas ou sonegadas. Observa-se ainda que os proprietários com mais de 20 escravos correspondem a um pequeno percentual. Segundo Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero Costa, eles podem ser considerados indivíduos que ocupavam uma posição de certa afirmação social dentro da sociedade aurífera, uma vez que concentravam um importante componente individual de riqueza.

Entre os proprietários com posto militar, o capitão destaca-se nas Vilas analisadas por constituir entre os detentores de título honorífico o maior percentual se dividindo entre tamanhos de plantéis variados. O grande número de proprietários de escravos com tal titulação, pode ser explicado pelo fato de ter havido uma generalização do termo, assim como aconteceu em Portugal em decorrência do aumento do efetivo militar, ou porque no século XVIII se verificou uma multiplicidade deste posto no Brasil.

Nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, os proprietários de escravos com título honorífico identificados, em sua maioria, solicitavam postos ou cargos superiores ao que ocupavam anteriormente. Nas três vilas analisadas, foram encontrados três proprietários, que possuíam um maior número de documentos identificados entre pedidos de patentes e cargos administrativos. Desta forma, foi possível fazer mais considerações sobre seu “papel social” na sociedade aurífera. Observa-se nos documentos do AHU, que a maior parte dos proprietários de escravos tinha, a que parece, posição social e posição econômica

de destaque. Alguns ocupavam postos militares e posteriormente solicitavam cargos administrativos ou vice-versa.

Eram comuns pedidos de confirmação de postos ou cargos já ocupados, uma vez que o rei tinha o poder de conceder e retirar benefícios. Possuir cargos administrativos e postos militares significava em muitos casos estar inserido na elite colonial da vila, participando das redes clientelares. Os pedidos de patentes e cargos administrativos podem remeter a *economia do dom*, ou seja, uma economia do favor que acabava se traduzindo em privilégio e prestígio social para os envolvidos, funcionando como um mecanismo de consolidação e diferenciação de posições sociais.

Deve-se ressaltar que as considerações levantadas à cerca da comparação dos documentos dos *Quintos Reais* e Arquivo Histórico Ultramarino, estão sujeitas a certas contradições como foi o caso do proprietário Antônio Ramos dos Reis de Vila Rica. As análises revelavam que o proprietário gozava de grande prestígio social, não tendo a mesma posição econômica. Porém de acordo com Carla de Almeida, que trabalhou com o testamento do proprietário de escravos, tratava-se de um homem com grande riqueza em Vila Rica. A partir de tal contradição, conclui-se que serão necessárias, mais pesquisas, apoiadas em outras fontes, para que se possa chegar a resultados ou hipóteses mais abrangentes. Como afirma Fernando Novais, em História nunca deve haver obra definitiva, podendo-se apenas aspirar a aproximações mais ou menos felizes.

Pode-se dizer, que nessa sociedade aurífera *multifacetada* e formada por um mosaico de grupos sociais, ter um posto honorífico de destaque ou cargo honorífico não significaria ter posição social e ao mesmo tempo econômica. Assim como afirma Sérgio Buarque de Holanda (1985), numa sociedade marcada por uma população diversa com uma dinâmica social móvel, conquistar uma posição econômica era algo dominante, porém não significava ter uma posição social equivalente.

Nestas sociedades prevalecia, segundo Marcos Silveira (1997), a troca de favores que se constituía numa espécie de ética como base das relações sociais. Para Júnia Furtado (1999), as pessoas que compunham a elite das Vilas Coloniais, eram aquelas que se inseriam nas “cadeias clientelares e de Prestígio”. Em tais populações, os letrados se inseriam, exercendo uma “função social” de grande valor, na medida em que a maior parte das pessoas era iletrada ou analfabeta. Entre os letrados, pode-se inserir também os eclesiásticos, que, além de seu dever espiritual, eram dotados de um saber específico.

Por fim, o presente trabalho pretendeu estabelecer algumas análises que priorizaram, sobretudo, os proprietários de escravos com título honorífico, utilizando-se para isto de uma documentação fiscal, que possibilita análises tanto quantitativas quanto qualitativas.

## Fontes

### 1. Fontes Manuscritas

1.1 APM SC - Arquivo Público Mineiro, seção colonial  
Códices da Coleção Casa dos Contos

CC 1028 - Listas referentes a cobrança dos Quintos Reais, de Vila Rica  
CC 1036 - Listas referentes a cobrança dos Quintos Reais, de Vila do Carmo

1.2 APM CMS – Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Sabará

CMS 02 Listas referentes a cobrança dos Quintos Reais

### 2. Fontes impressas

BOSCHI, Caio C. (org.). *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

### 3 .Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Homens Ricos, Homens Bons: Produção e Hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*, 2001. Dissertação (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: Editora c/ Arte, 1998.

\_\_\_\_\_, SILVA, Flavio Marcus. Levantamentos setecentistas mineiros: violência coletiva e acomodação. In: FURTADO, Júnia Ferreira(Org). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

ANDRADE, Francisco Eduardo. *A Invenção da Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro (1680-1822)*, 2002. Dissertação (Doutorado em História)- USP

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BOTELHO, Ângela Vianna, REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: O Autor, 2001.

BOXER, Charles. *A idade de Ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Império Colonial Português: 1415-1825*. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

FIGUEIREDO, Luciano Raposos de Almeida. *Revoltas e Motins: Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII*. In: FURTADO, Junia Ferreira(Org). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2001.

FONSECA, Cláudia Damasceno. O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In *Termo de Mariana: História e Documentação*. Ouro Preto: Lisboa, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_(Org). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2001.

GOULART, Maurício. *A Escravidão Africana no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omêga, 1975

HOLANDA, Sérgio Buarque. Metais e pedras preciosas. In\_(dir.). *História Geral da civilização Brasileira*. t.I, v.2. 6ed. São Paulo: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

HOORNAERT, Eduardo. A Igreja católica no Brasil colonial. In BETHELL Leslie(org) *História da América Latina: A América Latina Colonial*, volume I..São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

LUNA, Francisco Vidal e Costa, Iraci Del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE, Pioneira, 1982.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Demografia Histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Pioneira, 1977.

MAXWELL, Kenneth R.. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil- Portugal-1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PAES, Maria Paula Dias Couto. *Teatro do controle: Prudência e Persuasão nas Minas do Ouro*. Dissertação de mestrado, Departamento de História, FAFICH/ UFMG, 2000.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas minas gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 2000.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*.São Paulo: Brasiliense, 1969.

RUSSEL- WOOD, A.J. R. . O Brasil Colonial: O ciclo do Ouro, C. 1690-1750. In BETHELL Leslie(org) *História da América Latina: A América Latina Colonial*, volume II.São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. São Paulo, 1971.

SILVA, Kalina Vanderlei P. Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão sobre o recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais. *Locus revista de história*, Juiz de Fora, vol 8, nº 1, p. 80-92, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Dicionário da História da colonização Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Verbo, 1994.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do indistinto*. Estado e sociedade na minas setecentistas (1735- 1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Laura de Melo. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. *Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites Setecentistas Mineiras: conjugação de dois mundos (1700- 1800)*. s/ano, Dissertação (Doutorado em História) - Universidade de Lisboa.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In Souza. Laura de Mello. (org) *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VASCONCELOS, Diogo. *História antiga das Minas Gerais: 1703-1720*. Rio de Janeiro: Nacional, 1948.

XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, Antônio Manuel. *As redes clientelares*. In MATTOSO, José (Org). *História de Portugal: O antigo regime*, v.4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José. *O funcionário Colonial entre a Sociedade e o Rei*. In DEL PRIORE, Mary (Org). *Revisão do Paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro: campus, 2000.